

ANJOS, Luiza Aguiar dos. **Plumas, arquibancadas e paetês: uma história da Coligay**. Santos (SP): Dolores Editora, 2022.

## **PLUMAS, ARQUIBANCADAS E PAETÊS: UMA HISTÓRIA DA COLIGAY**

Raphaela Xavier de Oliveira Ferro<sup>1</sup>

O apagamento histórico de grupos identificados a partir de sexualidades dissidentes é recorrente tanto nos âmbitos sociais quanto nas diversas áreas do conhecimento. No campo do esporte e, mais especificamente, do futebol, o ostracismo a que são relegadas ações, experiências, vivências e iniciativas de pessoas que fogem à cisheteronormatividade se dá, muitas vezes, não só pela omissão, mas também por ações que visam mantê-las à margem. A obra de Luiza Aguiar dos Anjos é um contraponto a essa realidade. A partir do esforço para estabelecer de forma detalhada e crítica o registro histórico da Coligay, torcida organizada do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense que esteve ativa entre 1977 e o início da década de 1980, apresenta o retrato não só do grupo ao qual se propõe a investigar, mas também dá visibilidade de forma enfática à resistência que o futebol brasileiro tem - não só historicamente, como ainda hoje - em relação ao que foge a seu capital masculino.

“Plumas, arquibancadas e paetês: uma história da Coligay”, publicado pela Dolores Editora em 2022, é fruto da tese de doutorado da autora, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo de descrição e análise da trajetória e da memória da torcida específica em questão é suplantado pelo relato histórico da relação entre o universo do principal esporte nacional e a presença/ausência de público LGBTQ+ (como Anjos opta por identificar), o que minimiza os vãos no detalhamento da história da Coligay em decorrência da descrita dificuldade de encontrar muitos de seus integrantes - e também de

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Email: raphaelaferro@gmail.com

convencê-los/las a concederem entrevistas. Resistências que também tendem a ter relação com o preconceito, afinal a Coligay é considerada a primeira torcida organizada do Brasil a se identificar como homossexual.

Em quase 500 páginas, o livro apresenta registro histórico detalhado, elaborado principalmente no primeiro capítulo, mas presente em sua totalidade. A partir do segundo capítulo, as narrativas dos fatos são mais intercaladas por considerações teóricas, principalmente no âmbito da teoria queer, com destaque para o uso da bibliografia de Judith Butler como referência, e outros pesquisadores/as do campo de estudos de sexualidades. É apontado, inclusive, o pouco interesse acadêmico por “abordar as relações possíveis entre a homossexualidade - e demais sexualidades dissidentes - e o futebol” (ANJOS, 2022, p. 34). Nos capítulos seguintes (são quatro no total), amplia-se a análise dessas relações no contexto não só gaúcho, como brasileiro. Há ainda o detalhamento da metodologia utilizada, em anexo em que constam as listas de pessoas entrevistadas e obras consideradas para a composição da tese apresentada.

Dos prefácios escritos pelas pesquisadoras Silvana Goellner e Rosana Teixeira à história relatada dos protagonistas da Coligay, passando pela apresentação em que a autora especifica o seu lugar no âmbito do que escreve, o livro é também um manifesto de insubordinação à masculinidade como regra do futebol. É, em si, parte de um universo de processos subversivos que desafiam as estruturas de poder que limitam o gênero, assim como Luiza Aguiar dos Anjos percebe a torcida que analisa. Por isso, sobrepõe-se à história do Grêmio e mostra-se nova referência no âmbito dos estudos sobre futebol, que independe de conhecimento pregresso sobre o cenário esportivo do Rio Grande do Sul - a autora apresenta explicações básicas sobre o contexto de local e tempo histórico em vários pontos da obra. Talvez, para o/a leitor/a, seja necessária apenas alguma noção prévia sobre questões relativas à modalidade em destaque e como ela se relaciona tão intrinsecamente à identidade nacional.

Ainda assim, há, em seu conteúdo, base suficiente para a compreensão dos elementos que a obra visa discutir. Diferente de outros materiais biográficos em que a Coligay esteve em foco, o livro publicado recentemente não carrega o olhar de quem é torcedor/a do time que a tem em sua história. Por isso, se coloca para

além do relato e do enaltecimento da existência do grupo de torcedores/as que se diferenciava dos outros nas arquibancadas. É perceptível a preocupação em tensionar os dados obtidos por meio de entrevistas, feitas a partir de conceitos relativos à história oral, compreendendo que o que é dito pelas fontes ouvidas traz percepções próprias, releituras de lembranças que têm uma perspectiva individual e o limite da memória humana. Aparece, aqui, a noção de que perceber o coletivo em questão como diferente, muitas vezes repetida por entrevistados/as e pelos documentos e jornais apresentados, já é um traço da normatividade que perpassa o futebol em relação às performances de gênero.

Anjos (2022, p. 33) ressalta que no contexto futebolístico brasileiro, inclusive, “a heterossexualidade, mais do que tomada como norma, é enfatizada como valor” e reconhecida como referência, assim como em toda a sociedade. Aquilo que se diferencia dessa existência considerada normal - como as plumas e paetês destacados no título, apesar do reforço de estereótipo - é esdrúxulo, exótico, gera estranhamento. Os marcadores de normatividade de gênero são perceptíveis, segundo a autora, nas referências à estética chamativa, colorida, alegre, à afeminação, reforçando outro preconceito comum socialmente e fortemente presente no futebol: o machismo. O que é feminino ou que remete à feminilidade é visto como problema. Em contrapartida, há o reforço da prática da Coligay de torcer o tempo todo, de não se abster do uso da violência, se necessário - elementos vinculados ao que possibilitou a existência da torcida que fugia à regra do que é ser torcedor (possível apenas no masculino).

A Coligay só teve pretensa permissão para existir a partir da combinação de alguns fatores imprescindíveis, como é enumerado no livro. Entre eles: o recorte de classe social de quem liderava o coletivo, o empresário Volmar Santos; o bom momento do Grêmio em campo - campeão estadual em 1977 após longo período sem títulos -; a disposição para reagir com violência se fossem agredidos ou ameaçados, o que agregava virilidade ao grupo, legitimando-o; e a adequação ao “torcer igual”:

Vibrar igual e torcer igual, todavia, parece não ser uma evidência ou uma expectativa, mas uma pré-condição para que esses sujeitos sejam, de fato, aceitos. Podem torcer onde quiserem, desde que camuflados entre os demais, em seu armário de vidro. A visibilidade, assim, deveria se limitar à Coligay, que permanece

viva apenas como memória, mesmo essa sob disputa. (ANJOS, 2022, p. 332)

A autora considera que não constatou, a partir dos relatos de seus/suas entrevistados/as, uma atitude refratária da moralidade futebolística da época à performance afeminada da Coligay. Havia aceitação desde que houvesse essa adequação ao que se espera de um/a torcedor/a e, sempre, com ressalvas, inclusive no resgate da memória. No cotidiano dos estádios, símbolo da masculinidade normativa, como destaca Anjos (2022), o futebol ainda hoje rejeita o que se diferencia de seus valores viris e cisheterossexistas. O destaque dado a essa realidade é um dos ganhos da obra publicada pela Dolores Editora. A autora não romantiza a aceitação da Coligay pelo Grêmio e por seus/suas torcedores/as como se fosse uma referência ilibada no âmbito nacional. Tal torcida é uma exceção, e os motivos que a fizeram ser são bem explorados na análise, que mostra também a resistência à criação de torcidas semelhantes ligadas a clubes de outros estados, como ocorreu com a Fla-Gay no Rio de Janeiro, e a contribuição midiática na construção de discursos, tanto de jocosidade quanto de aceitação, desses coletivos clubísticos.

Para além daquele momento histórico, discute-se também a impossibilidade de que uma torcida como a Coligay fosse aceita nos estádios atualmente. A autora de “Plumas, arquibancadas e paetês” avalia que hoje seria mais difícil que existisse uma torcida LGBTQ+, em decorrência principalmente da violência. Exceção na década de 1970, hoje, ela nem chegaria a isso. “A ascensão da virilidade e da agressividade como valores dominantes nos estádios parece ter inviabilizado o surgimento de torcidas gays na década de 1980 em diante” (ANJOS, 2022, p. 166). Assim, constata-se uma percepção geral de que as arquibancadas nos anos 2020 seriam ainda menos acolhedoras do que as de 40 anos atrás para pessoas e grupos que fogem à normatividade de gênero no Brasil - o que ocorre não porque pessoas homossexuais não têm interesse no futebol ou no torcer, crença que o livro sobre a Coligay busca também desconstruir.

Ao mesmo tempo, a memória da torcida gremista tem sido tirada do armário sempre que o clube tem a intenção de se mostrar inclusivo e diverso, rebatendo acusações sobre recorrentes situações internas. A crítica elaborada a respeito é pertinente e demonstra conhecimento do contexto em que o time está

inserido, desconstruindo a ideia de um clube democrático. Conhecido pelo vínculo com a elite e muitas vezes acusado de racismo, o Grêmio se apropria da história da Coligay como argumento de defesa para afastar a ideia de que seja segregacionista - algumas características passam a ser supervalorizadas e superdimensionadas.

Ainda assim, os/as torcedores/as se dividem entre rejeitar a memória da Coligay ou tentar justificá-la. A autora identificou que isso é feito discursivamente a partir da normalização de que há pessoas LGBTQ+ em todas as torcidas de todos os clubes de futebol ou de sua masculinização, valorizando atributos relativos à virilidade e à violência de forma positiva. Mas registra que há também manifestações que buscam desassociar totalmente o time de futebol de qualquer elemento que o aproxime da homossexualidade. Entre quem deseja invisibilizar a Coligay e quem percebe a visibilidade da torcida como positiva, não há a identificação de quem ganha a queda de braço. Mas um traço interessante apresentado pela obra é que é comum que se relacione o fato de o time ter tido uma torcida gay como argumento para refutar que o clube e seus/suas torcedores/as sejam racistas.

Muitas vezes, há também o enaltecimento da coragem de se criar uma torcida gay em período político ditatorial. Contudo, a obra detalha como os membros do coletivo de torcedores/as não sofreram retaliação por se organizarem no período em que o Brasil ainda estava sob governo da ditadura militar instaurada em 1964 e que só teria fim em 1985. De questão, às vezes colocada como central, torna-se um elemento de curiosidade na história da torcida, por não haver correlação direta entre a opressão do regime político e a vivência daquelas pessoas como torcedores/as. Segundo a autora, “os lugares e grupos que frequentavam, o não envolvimento com movimentos sociais e mesmo certa concordância com práticas do governo ditatorial podem ter contribuído para que não fossem impactados individualmente pela repressão e o autoritarismo da época”.

Em contrapartida, a autora posiciona o coletivo de torcedores/as como parte de uma realidade maior, tocando em outro tema importante apesar de não ser central. A obra considera, tangencialmente, a historicidade da cena LGBTQ+ em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Anjos elabora a discussão sobre ser (ou

não) a Coligay um elemento constituinte ou precursor do movimento homossexual gaúcho. Os dois argumentos são apresentados, mas a autora opta por demarcar qual posicionamento considera mais adequado a partir das pesquisas que desenvolveu para a elaboração do livro. Ela conclui que, “mesmo isenta de um projeto de politização, eram uma mobilização com importantes efeitos políticos” (ANJOS, 2022, p. 192). A relação com características do regionalismo sul-rio-grandense também entra em pauta e, inclusive, poderia ser mais explorada considerando a relação entre a cultura local e o que a autora chama de noções normativas de masculinidade. O fato de a torcida que se identificava como gay ter surgido justamente em um estado em que essas normativas têm força é uma curiosidade pouco explorada.

Entre os elementos de destaque do livro, está o cuidado com a linguagem para torná-la mais inclusiva, mesmo sem a utilização de uma perspectiva neutra. Além disso, é interessante como a autora posiciona o livro no âmbito da bibliografia sobre o Grêmio e sobre a Coligay sem desconsiderar o conteúdo que já foi produzido sobre a torcida e assuntos adjacentes. A impressão é de que sua maior vantagem é partir de um olhar que não é de torcedora, mas também não remete a alguém que não compreende as emoções acionadas pela relação dos indivíduos com o futebol. A autora discute como, ao recontar a história, muitas vezes, há mais saudosismo que fatos, pela relação de paixão do/a torcedor/a que escreve, e elabora um breve observatório sobre diversidade no futebol. Entretanto, também se delonga muito no quarto capítulo em uma estrutura textual que se assemelha a uma resenha de outro livro: “Coligay: tricolor e de todas as cores”, escrito por Léo Gerchmann e publicado em 2014, pela editora Libretos.

No geral, é possível perceber como o novo livro propõe uma complementaridade em relação ao que já existe sobre o assunto, conseguindo superar essa intenção, contribuindo para a escrita da história do futebol brasileiro a partir de perspectivas diferentes das normalmente mais ouvidas e como ele lida com torcedores/as não normativos, o que transcende a perspectiva de gênero. É imprescindível pesquisar mais sobre sexualidades dissidentes em um universo em que pessoas que não são homens cisheteronormativos permanecem sendo excluídos socialmente. O livro de Luiza Aguiar Anjos funciona, assim, também

como um chamado à academia, para que se atente para o lugar social do futebol e a relevância de discuti-lo com seriedade no âmbito da pesquisa científica. Como avalia a autora, a manutenção dos silêncios já não é mais possível.